MODELAGEM PISF

Serviços Técnicos necessários para a modelagem de empreendimento com vistas à prestação do serviço de adução de água bruta, no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)

ANEXO III DO RELATÓRIO JURÍDICO E INSTITUCIONAL

ELABORADO: R.S.D. / R.V.P.		APROVADO: Rafael Viana Rangel de Paula OAB/SP Nº 292.310	
VERIFICADO: M.O.G. / M.B.S.		COORDENADOR GERAL: Marcos Oliveira Godoi CREA Nº 0605018477-SP	
Nº (CLIENTE):	BNDES		
		DATA:	10/10/2025
Nº ENGECORPS:	ANEXO III DO RELATÓRIO JURÍDICO E INSTITUCIONAL	REVISÃO:	

ANEXO III – BENCHMARKING DE GARANTIAS

N.º	Ente (Federal, Estadual ou Municipal)	Estado	Objeto	Modelo (Administrativa ou Patrocinada)	Segmento	Data de assinatura	Prazo (anos)	Garantias do Parceiro Público	Instrumentos Legais
1	Federal	-	Exploração do Serviço de Irrigação no Perímetro Público denominado Pontal, no Município de Petrolina - Pernambuco, precedida de obras na infraestrutura de Irrigação de Uso Comum, incluindo a implantação do projeto de desenvolvimento agrícola na área irrigável.	Patrocinada	Irrigação	Contrato não foi assinado em razão da desistência da licitante vencedora.	25	Fiança prestada pelo FGP em favor do privado, obrigando-se a efetuar o pagamento integral de todas as parcelas da contraprestação, caso a União não o faça.	1) Aprovação da prestação da garantia pela Assembleia de Cotista; 2) Celebração de Contrato de Fiança entre Concessionária e FGP.
2	Federal	-	Construção de complexo Datacenter na chamada Cidade Digital, em Brasília, e prestação de serviços de gerenciamento, manutenção e operação da infraestrutura predial que é compartilhada pelas instituições bancárias contratantes, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.	Administrativa	Data Center	jun/10	15	Não há estrutura de garantia.	Não há estrutura de garantia.

N.º	Ente (Federal, Estadual ou Municipal)	Estado	Objeto	Modelo (Administrativa ou Patrocinada)	Segmento	Data de assinatura	Prazo (anos)	Garantias do Parceiro Público	Instrumentos Legais
3	Municipal	SP	Prestação dos serviços públicos de limpeza urbana, de manejo, tratamento, destinação e disposição final de resíduos sólidos urbanos, de resíduos de serviços de saúde e de resíduos da construção civil no Município de Salto - SP.	Administrativa	Limpeza urbana e resíduos sólidos	nov/14	30	Garantia prestada pelo FGIE em favor do parceiro privado. Contragarantia prestada pelo Município em favor do FGIE, consubstanciada na vinculação de receita do FPM.	1) Lei Municipal n.º 3284, de 10/04/2013, autoriza a transferência de 48% dos recursos oriundos do FPM, para a conta garantia do Contrato da Concessão Administrativa. 2) Contrato de Concessão Administrativa n.º 188/2014, firmado entre o Município de Salto - SP e CSO Ambiental de Salto SPE S/A, em 17/11/2014, para a prestação dos serviços públicos de limpeza urbana, de manejo, tratamento, destinação e disposição final de resíduos sólidos urbanos, de resíduos de serviços de saúde e de resíduos da construção civil. 3) Assinatura do Contrato n.º 376/2018, firmado entre o Município de Salto e o Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE, para prestação de serviço de Cobertura de Risco de descumprimento de obrigações pecuniárias assumidas pelo parceiro público em contrato de parceria público-privada, pelo valor de R$ 6.179.615,40 (seis milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quinze reais e quarenta centavos). 4) Emissão do Certificado de Garantia pela ABGF, em 19/11/2018. 5) Decreto Municipal n.º 007, de 22/01/2019, que dispõe sobre autorização à constituição de garantia pública no âmbito do Contrato de Concessão Administrativa n.º 188/2014, em favor do FGIE, administrado pela ABGF.

N.º	Ente (Federal, Estadual ou Municipal)	Estado	Objeto	Modelo (Administrativa ou Patrocinada)	Segmento	Data de assinatura	Prazo (anos)	Garantias do Parceiro Público	Instrumentos Legais
4	Estadual	PE	Complexo Viário da Praia do Paiva.	Patrocinada	Ponte	dez/06	33	Vinculação de recursos oriundos da CIDE, por meio de Conta-Garantia. Os recursos a serem destinados para depósito na Conta-Garantia corresponderão a 20% do total da parcela do Estado de Pernambuco na arrecadação, pela União Federal, da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível ("CIDE").	Portaria n.º 127, de 27/06/2007, que delega poderes de ordenador de despesa ao Gerente Geral de Parcerias Público-Privadas, para movimentar a conta do Contrato CGPE - 001/2006. Contrato de Concessão Patrocinada para a exploração da Ponte de Acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva, em conformidade com a Lei Federal n.º 11.079/04, e as Leis Estaduais n.º 12.765/05, e n.º 12.976/05. Contrato de Contrato de Conta Garantia (Anexo XII do Contrato de Concessão).
5	Estadual	PE	Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga.	Administrativa	Penitenciária	out/09	33	Constituição de Fundo Especial, para garantir os recursos vinculados à Conta-Garantia do Projeto. Os recursos a serem disponibilizados na Conta-Garantia correspondem a depósito, com recursos do Tesouro, de valor equivalente a 3 (três) meses de contraprestação, que será efetuado até o mês de dezembro do ano anterior ao ano da entrada em operação do Fundo Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga (FCIRI), acrescido de mecanismo de depósito automático de rendimentos derivados das aplicações de recursos não vinculados da conta única do Estado.	Lei Estadual n.º 13.863, de 3 de setembro de 2009, que cria o Fundo Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga - FCIRI, destinado a abrigar a Conta-Garantia, vinculada ao contrato de concessão administrativa, voltado à implantação e à operacionalização do referido Centro. Contrato de Conta-Garantia (Anexo XII do Contrato de Concessão). Contrato de Concessão Administrativa para a exploração do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga, em conformidade com a Lei Federal n.º 11.079/04, e as Leis Estaduais n.º 12.765/05, n.º 12.976/05 e n.º 13.282/07.
6	Estadual	PE	Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Recife	Administrativa	Esgoto	fev/13	35	Vinculação de receita, por meio de Conta-Garantia. A receita decorrente da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na mesma área de prestação do serviço deste contrato, será automaticamente depositada, mensalmente, na Conta-Garantia, a partir da data da assinatura deste contrato.	Contrato de Concessão Administrativa para a exploração do Sistema de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana do Recife e do Município de Goiana, em conformidade com a Lei Federal n.º 11.079/04, e as Leis Estaduais n.º 12.765/05, n.º 12.976/05 e n.º 13.282/07. Contrato de Contrato de Conta Garantia (Anexo XII do Contrato de Concessão).

N.º	Ente (Federal, Estadual ou Municipal)	Estado	Objeto	Modelo (Administrativa ou Patrocinada)	Segmento	Data de assinatura	Prazo (anos)	Garantias do Parceiro Público	Instrumentos Legais
7	Estadual	PE	Arena Multiuso da Copa 2014.	Administrativa	Arena	jun/10	33	Vinculação de recebíveis do ICMS e/ou FPE, por meio de Conta-Garantia. Os recursos a serem depositados na Conta-Garantia, corresponderão a depósito em dinheiro no valor equivalente a 6 (seis) meses de contraprestação básica para operação da Arena - CBOA, a ser depositado até dezembro do ano anterior ao ano de início da operação da Arena, com recursos do Tesouro, acrescido de mecanismo de depósito automático das receitas advindas de transferências financeiras da União ao Estado a título de compensação pelas desonerações do ICMS produzidas pela Lei Complementar n.º 87/96 e/ou advindas de parte das transferências federais ao Fundo de Participação dos Estados – FPE devidas ao Estado.	Lei Estadual n.º 14.121, de 23/08/2010, que cria o Fundo Arena Multiuso da Copa 2014, destinado a abrigar a conta garantia, vinculada ao contrato de concessão administrativa, voltado à implantação e à operacionalização da referida Arena. Contrato de Concessão Administrativa para a exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, em conformidade com a Lei Federal n.º 11.079/04, e as Leis Estaduais n.º 12.765/05, n.º 12.976/05 e n.º 13.282/07. Contrato de Conta-Garantia (Anexo XII do Contrato de Concessão).
8	Estadual	CE	Estádio do Castelão	Administrativa	Arena	nov/10	8	Vinculação de recursos de financiamento do BNDES obtido pelo Poder Concedente, por meio de Conta-Garantia específica. Depósito de 12 (doze) meses de contraprestação, com recursos do FPE, além de vinculação de financiamento do BNDES obtido pelo Estado para honrar o pagamento da Remuneração Fixa devida à Concessionária, a qual estava condicionada ao recebimento das obras de cada Etapa do empreendimento.	Lei Estadual n.º 15.745, de 29.12.14, que autoriza o Estado do Ceará, para fins de garantia do adimplemento das obrigações contraídas pelo Estado em contrato de parceria público-privada, nos termos do Art. 8º, Inciso I, da Lei Estadual Nº 14.391, de 7 de julho de 2009, a vincular recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE. Contrato de Nomeação de Agente de Garantias e Administração de Contas (Anexo III do Contrato de Concessão). Contrato de Concessão Administrativa n.º 001/2010.

N.º	Ente (Federal, Estadual ou Municipal)	Estado	Objeto	Modelo (Administrativa ou Patrocinada)	Segmento	Data de assinatura	Prazo (anos)	Garantias do Parceiro Público	Instrumentos Legais
9	Estadual	CE	VAPT-VUPT	Administrativa	Serviço ao Cidadão	nov/13	15	Vinculação de recursos do FPE, por meio de Conta-Garantia. Depósito de 06 (seis) meses de contraprestação, com recursos do FPE (até 1% do apurado no ano anterior ao vigente).	Lei Estadual n.º 14.752, de 26/07/2010, que autoriza o Estado do Ceará, no âmbito do Programa Vapt-Vupt, a vincular, em conta específica, o valor correspondente a até 1% dos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), apurado sempre com base no ano anterior ao do aporte, a ser depositado em, no máximo, 6 (seis) parcelas, iguais e sucessivas, calculada na forma do contrato da PPP. Contrato n.º 107/2013, tendo por objeto a concessão administrativa para a implantação, gestão, operação e manutenção das unidades Vapt Vupt de Atendimento ao Cidadão. Contrato de Nomeação de Agente Fiduciário de Garantia e Administração de Contas (Anexo VIII do Edital).

N.º	Ente (Federal, Estadual ou Municipal)	Estado	Objeto	Modelo (Administrativa ou Patrocinada)	Segmento	Data de assinatura	Prazo (anos)	Garantias do Parceiro Público	Instrumentos Legais
10	Estadual	CE	Ponte Estaiada sobre o Rio Cocó	Administrativa	Ponte	ago/14	8	Vinculação de recursos do FPE, por meio de Conta-Garantia. Depósito de 06 (seis) meses de contraprestação, com recursos do FPE (até 1% do apurado no ano anterior ao vigente).	Lei Estadual n.º 15.680, de 27.08.14, que autoriza o Estado do Ceará, no âmbito do Projeto para a manutenção e conservação estrutural e rodoviária do sistema viário de interseção e acessos de vias urbanas à CE-040, incluindo a construção da Ponte Estaiada sobre o Rio Cocó, bem como os serviços de operação, manutenção, conservação e exploração do mirante, a serem precedidas das obras de construção e implantação das melhorias do Sistema Viário de Mobilidade Urbana de Fortaleza e Mirante (PPP Ponte Estaiada), vincular, em conta específica, até 1% dos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), o montante correspondente a até 6 (seis) parcelas da contraprestação pecuniária total no período, calculadas na forma do contrato da PPP. Contrato n.º 004/SEINFRA/2014, que tem como objeto a manutenção e conservação estrutural e rodoviária do Sistema Viário de Interseção e acessos de vias urbanas à CE-040, incluindo a construção da Ponte Estaiada sobre o Rio Cocó bem como os serviços de operação, manutenção, conservação e exploração do Mirante. Contrato de Nomeação de Agente Fiduciário de Garantia e Administração de Contas (Anexo V do Contrato de Concessão).

N.º	Ente (Federal, Estadual ou Municipal)	Estado	Objeto	Modelo (Administrativa ou Patrocinada)	Segmento	Data de assinatura	Prazo (anos)	Garantias do Parceiro Público	Instrumentos Legais
11	Estadual	CE	Hospital Regional Metropolitano	Administrativa	Saúde	set/14	25	Vinculação de recursos do FPE, por meio de Conta-Garantia. Depósito de 06 (seis) meses de contraprestação, com recursos do FPE (até 1% do apurado no ano anterior ao vigente)	Lei Estadual n.º 15.745, de 29/12/2014, que autoriza o Estado do Ceará, para fins de garantia do adimplemento das obrigações contraídas pelo estado em contrato de parceria público-privada, nos termos do Art. 8º, Inciso I, da Lei Estadual Nº 14.391, de 7 de julho de 2009, a vincular recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE. Contrato de concessão administrativa para a construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital Regional Metropolitano. Contrato de Vinculação de Receitas e Nomeação do Agente de Garantias (Anexo III do Contrato de Concessão).
12	Estadual	RN	Estádio das Dunas	Administrativa	Arena	abr/11	20	Royalties de Petróleo. Destinação da arrecadação de créditos decorrentes de royalties e participação especial, relacionados à exploração de petróleo e gás natural, a que o Estado do RN tenha direito, no valor mínimo de R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de Reais).	Lei Estadual n.º 10.371, de 14/06/2018, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a instituições financeiras públicas, créditos decorrentes de royalties e participações especiais, relacionados à exploração de petróleo e gás natural e autoriza a substituição da fonte de recursos para a constituição de garantia de contraprestação do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Rio Grande do Norte (FGPPP/RN) de que trata a Lei Estadual nº 9.466, de 23 de março de 2011. Contrato de Concessão Administrativa n.º 001/2011 Contrato com o Agente Garantidor (Anexo VIII do Edital)
13	Estadual	AL	Sistema Adutor do Agreste	Administrativa	Água	Jun/12	30	Vinculação de recebíveis, por meio de Conta-Garantia. Recebíveis decorrentes do pagamento pelos usuários dos serviços de saneamento prestados pela CASAL em 27 municípios Alagoanos.	Contrato de Concessão Administrativa n.º 90/12-CASAL. Contrato de Nomeação de Agente de Garantia e Administração de Conta Vinculada (Anexo IX do Contrato de Concessão).

N.º	*Ente (Federal, Estadual ou Municipal)*	*Estado*	*Objeto*	*Modelo (Administrativa ou Patrocinada)*	*Segmento*	*Data de assinatura*	*Prazo (anos)*	*Garantias do Parceiro Público*	*Instrumentos Legais*
14	Estadual	SP	Metrô de São Paulo – Linha 4 Amarela	Patrocinada	Mobilidade Urbana	nov/06	32	Vinculação da receita tarifária, em conta específica que funciona como uma câmara de compensação financeira, administrada por uma entidade independente, que atua como fiel depositária dos valores arrecadados e por conta e ordem dos participantes do Sistema de Arrecadação Centralizada, incluindo a concessionária da Linha 4. A CPP – Companhia Paulista de Parcerias assumiu a posição de fiadora do Concedente, em relação ao pagamento de 6 contraprestações mensais. Para garantir a fiança, a CPPP constituiu penhor sobre títulos da dívida pública federal e/ou sobre quotas do Fundo de Investimento lastreado em títulos da dívida pública federal, no valor de R$ 210 milhões.	Contrato n.º 06/2006, assinado em 22/12/2006, entre a Companhia Paulista de Parcerias – CPP e a Concessionária da Linha 4 do Metrô, dando a dação em penhor de cotas do Fundo de Investimento CPP – Linha – Renda Fixa. Contrato n.º 4232521201, assinado em 29/11/2006, tendo por objeto a concessão patrocinada para exploração da operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo, abrangendo de Luz até Taboão da Serra.

N.º	Ente (Federal, Estadual ou Municipal)	Estado	Objeto	Modelo (Administrativa ou Patrocinada)	Segmento	Data de assinatura	Prazo (anos)	Garantias do Parceiro Público	Instrumentos Legais
15	Estadual	SP	Metrô de São Paulo – Linha 6 Laranja	Patrocinada	Mobilidade Urbana	Dez/13	32	Vinculação da receita tarifária, em conta específica que funciona como uma câmara de compensação financeira, administrada por uma entidade independente, que atua como fiel depositária dos valores arrecadados e por conta e ordem dos participantes do Sistema de Arrecadação Centralizada, incluindo a concessionária da Linha 6. A CPP – Companhia Paulista de Parcerias assumiu a posição de fiadora do Concedente, em relação ao pagamento de 6 contraprestações mensais. Para garantir a fiança, a CPP constituiu penhor sobre títulos da dívida pública federal e/ou sobre quotas do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa Longo Prazo, denominado "BB CPP Projetos", da qual é cotista exclusiva, administrado pela BB DTVM. No caso de esgotamento da garantia, fica automaticamente autorizado o acréscimo de R$2,00 no valor da tarifa por passageiro, até que o pagamento retome o regular pagamento das contraprestações.	Contrato de Concessão Patrocinada n.º 015/2023, assinado em 18/12/2013, tendo por objeto a concessão patrocinada da prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo, contemplando a implantação, operação, conservação, manutenção e expansão. Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Valores em Conta Vinculada (Anexo XXI do Contrato de Concessão).

N.º	Ente (Federal, Estadual ou Municipal)	Estado	Objeto	Modelo (Administrativa ou Patrocinada)	Segmento	Data de assinatura	Prazo (anos)	Garantias do Parceiro Público	Instrumentos Legais
16	Estadual	BA	Serviço de Apoio ao Diagnóstico por Imagem	Administrativa	Infraestrutura social	Mai/13	11 anos e 6 meses	Vinculação de Recursos oriundos do FPE, por meio de Conta-Garantia.	Lei Estadual n.º 11.447 de 01/07/2009, que autoriza a transferência de parcela dos recursos financeiros oriundos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), destinados ao Estado da Bahia, à DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, para fins de adimplemento das obrigações contraídas pelo Estado da Bahia e entidades da sua administração indireta em contratos de parceria público-privada. Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas n.º SF/PSF/PPP/01/10. Contrato de Concessão Administrativa para Construção e Operação de Serviços Não Assistenciais de Unidade Hospitalar do Estado da Bahia – instituto Couto Maia.
17	Estadual	ES	Esgotamento Sanitário de Villa Velha	Administrativa	Saneamento básico	Fev/17	30 anos	Vinculação de recebíveis decorrentes das contas de água e esgoto da CESAN relativas ao município de Vila Velha, em conta vinculada à concessão de titularidade da Concessionária, administrada por Agente de Garantia. Constituição e manutenção, durante toda a vigência da concessão, de Conta Reserva, mediante depósito no valor de R$ 1.600.000,00.	Contrato n.º 08/2017, tendo por objeto a concessão administrativa para a ampliação, manutenção e operação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Vila Velha, bem como a prestação de serviço de apoio à gestão comercial da CESAN no município. Contrato de Vinculação de Receitas Futuras (anexo (sem numeração específica) do Contrato de Concessão)

N.º	Ente (Federal, Estadual ou Municipal)	Estado	Objeto	Modelo (Administrativa ou Patrocinada)	Segmento	Data de assinatura	Prazo (anos)	Garantias do Parceiro Público	Instrumentos Legais
18	Estadual	MG	Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte	Patrocinada	Rodovia	Mar/23	30 anos	Vinculação de recursos decorrentes de indenização paga pela VALE S/A em favor do Estado de Minas Gerais ("Recursos do Projeto"), em conta vinculada à PPP, de titularidade do Poder Concedente, administrada por Agente Trustee. Os Recursos do Projeto foram transferidos da VALE S/A à conta judicial e, mediante autorização do juízo competente, foram transferidos da conta judicial à conta específica do Tesouro do Estado, que se obrigou a repassar os recursos à Conta Vinculada da PPP, em até 30 dias, conforme cronograma estabelecido no Contrato de Nomeação do Agente Trustee.	Contrato de Concessão n.º 02/2023, que tem por objeto a concessão dos serviços públicos para elaboração de projetos, construção, operação e manutenção do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte. Contrato de Nomeação de Agente Trustee (Anexo 4 do Contrato de Concessão)
19	Estadual	MG	Sistema Produtor de Água Rio Manso	Administrativa	Saneamento Básico	Dez/13	15 anos	Vinculação de receitas tarifárias da COPASA decorrentes da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto no Estado de Minas Gerais, correspondente a R$ 7 milhões mensais. Constituição e manutenção, durante toda a vigência da concessão, de Conta Reserva, mediante depósitos mensais pelo prazo de 24 meses a contar da assinatura do contrato, no valor equivalente a 1/24 avos do saldo mínimo (R$ 14 milhões de reais).	Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa, para ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso e Prestação de Serviços. Contrato de Vinculação de Recebíveis Futuros.